



2023

RELATÓRIO ANUAL

REFORMAR – Research for Mozambique

Executive Summary

The 2023 Annual Report of REFORMAR – Research for Mozambique marks the ninth anniversary of the organisation. REFORMAR plays a unique role with its focus on the intersection of Human Rights and criminal justice. The primary aim of REFORMAR is to conduct evidence-based research to reform laws, policies, and practices in Mozambique.

Building Knowledge

In 2023, REFORMAR completed a study addressing the challenges of criminal accountability for individuals consuming illicit drugs in Mozambique under Law No. 3/1997 of 13 March. The focus of this study was to emphasise the urgency of treating drug consumption as a public health challenge. The study proposed a harm reduction approach, suggesting reforms to Law No. 3/1997 to shift towards treatment-centred policies rather than criminalisation. The conclusion of this research underscores the need for innovative practices to address drug consumption more effectively and empathetically. Simultaneously, a research project highlights the growing concern regarding the presence of women in the criminal justice system in Mozambique, emphasising not only their roles as victims but also as suspects and convicts, reflecting a troubling global trend. REFORMAR is committed to addressing critical issues, including disrespectful treatment and rights violations, advocating for the need to review prison structures and legal frameworks to meet the specific needs of women.

Building on this research, REFORMAR presented a report on the needs of Child-Friendly Justice, along with a new curriculum and manual, in five Justice Administration schools, including institutions such as the MATALANE Practical Police School, the Police Sergeants School (ESAPOL), the Police Sciences Academy (ACIPOL), the LHEMBE Practical Penitentiary School, and the Centre for Legal Training (CFJJ). The research not only highlights the identified needs but also introduces modules on Child-Friendly Justice.

Capacity Building

Since its inception, REFORMAR has been organising and implementing training sessions for all participants in the criminal justice system, including police officers, prison staff, judicial magistrates, prosecutors, lawyers, and other judicial staff, including judges of community courts. In 2023, the scope of action was expanded to include students from the UEM and UNIROVUMA law faculties, as well as the Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM). REFORMAR also continued its strong partnership with CFJJ and, for the third consecutive year, conducted the training module on "Penology": Theory, Practices, and Advances at CFJJ.

In a pilot project, REFORMAR and the National Penitentiary Service (SERNAP) collaborated to organise "Penology" training for around 40 staff from the Maputo Provincial Penitentiary, public defenders, lawyers, and magistrates. The aim was to create an Action Plan to address prison overcrowding.

Advocacy

During 2023, under the leadership of human rights lawyer and activist Dr Maria Alice Mabota, a petition was submitted to the Constitutional Council of Mozambique challenging Article 8 (2) of the Penalty Execution Code. The petition contests the legal provision allowing incarcerated individuals to obtain more favourable detention conditions through payment. REFORMAR bases its objection on the Mozambican Constitution, which guarantees the right to equality and protection against discrimination. It invokes the United Nations Minimum Rules for the Treatment of Prisoners, also known as the Mandela Rules, which establish minimum standards for the humane treatment of incarcerated individuals. REFORMAR argues that Article 8 (2) creates a dual system of prison execution based on individuals' financial situations.

Since 2018, REFORMAR has launched a campaign advocating for the voting rights of incarcerated individuals. We continue this work, as these citizens have been excluded from this fundamental right despite the changes introduced. Research conducted on this topic highlights the importance of

debating and seeking justice for citizens with voting rights who are prevented from exercising their political participation and choosing their leaders.

Our Partners

The realisation of the above achievements is largely due to the tireless dedication of REFORMAR staff, as well as its strategic partners. Among them, we highlight Africa Criminal Justice Reform (ACJR), which has provided unconditional support since REFORMAR's inception. We extend our deep gratitude to the state partners who have been crucial to our activities, such as the Legal and Judicial Training Centre (CFJJ), the Attorney General's Office of Mozambique (PGR), the National Penitentiary Service (SERNAP), and the Legal Aid Institute (IPAJ). Without the commitment of these partners, our actions would not be possible. We must also express our sincere gratitude to our international partners, including AGAPE, SALC, IDPC, and the African Centre of Excellence for Access to Justice (ACE – AJ). Without the support of these organisations, we would not have achieved our objectives and fulfilled our mission. Finally, we would like to extend our thanks to new collaborations with civil society organisations, such as PASSI Società Cooperativa (PASSI) and the National Harm Reduction Network (UNIDOS). We look forward to continued support from these institutions and are eager to continue working together to promote justice and human rights.

Sumário executivo

O Relatório Anual 2023 da REFORMAR – Research for Mozambique marca o nono aniversário da organização. A REFORMAR cumpre um papel único com o seu enfoque na intersecção dos Direitos Humanos e da justiça criminal. O principal objectivo do REFORMAR é realizar pesquisas baseadas em evidências para a reforma de leis, políticas e práticas em Moçambique.

Construir Conhecimento

Em 2023, a REFORMAR concluiu um estudo que aborda os desafios da responsabilização criminal de indivíduos que consomem drogas ilícitas em Moçambique ao abrigo da Lei n.º 3/1997 de 13 de Março. O foco deste estudo foi enfatizar a urgência de abordar o consumo de drogas como um desafio de saúde pública. O estudo propôs uma abordagem de redução de danos, sugerindo reformas à Lei n.º 3/1997 para mudar para políticas centradas no tratamento em vez da criminalização. A conclusão desta investigação sublinha a necessidade de práticas inovadoras para abordar de forma mais eficaz e empática a questão do consumo de drogas. Simultaneamente, um projecto de investigação destaca o aumento da preocupação em relação à presença de mulheres no sistema de justiça criminal em Moçambique, enfatizando não só os seus papéis como vítimas, mas também como suspeitas e condenadas, reflectindo uma tendência global preocupante. A REFORMAR está empenhada em abordar questões críticas, incluindo o tratamento desrespeitoso e as violações de direitos, defendendo a necessidade de rever as estruturas prisionais e os quadros legais para atender às necessidades específicas das mulheres.

Dando continuidade à investigação, a REFORMAR apresentou um relatório sobre as necessidades da Justiça Amiga da Criança, juntamente com um novo currículo e manual, em cinco escolas de Administração da Justiça, incluindo instituições como a Escola Prática de Polícia de MATALANE, a Escola de Sargentos da Polícia (ESAPOL) e a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), a Escola Prática Penitenciária de LHEMBE e o Centro de Formação

Jurídica (CFJJ). A investigação não só destaca as necessidades identificadas como também introduz módulos sobre Justiça Amiga da Criança.

Desenvolvimento de Capacidades

Desde a sua criação, o REFORMAR tem vindo a organizar e implementar sessões de formação para todos os intervenientes no sistema de justiça criminal, incluindo agentes policiais, funcionários prisionais, magistrados judiciais, procuradores, advogados e outros funcionários judiciais, incluindo juízes dos tribunais comunitários. Em 2023, o âmbito da ação foi alargado aos estudantes das faculdades de Direito da UEM e da UNIROVUMA e do Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM). A REFORMAR deu continuidade ainda a forte parceria com o CFJJ, e pelo terceiro ano consecutivo, no CFJJ, realizou o módulo de formação sobre "Penologia": Teoria, Práticas e Avanços.

Num projecto-piloto, a REFORMAR e o Serviço Penitenciário Nacional (SERNAP) colaboraram na organização de uma formação em "Penologia" para cerca de 40 funcionários do Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo, defensores públicos, advogados e magistrados. O objectivo era criar um Plano de Acção para lidar com a sobrelotação das prisões.

Advocacia

Durante o ano de 2023, Sob a liderança da advogada e activista de direitos humanos, Dra. Maria Alice Mabota, foi submetida uma petição ao Conselho Constitucional de Moçambique contestando o artigo 8 (2) do Código de Execução das Penas. A petição contesta a disposição legal que permite aos indivíduos encarcerados obterem condições de detenção mais favoráveis mediante pagamento. A REFORMAR fundamenta a sua objecção na Constituição de Moçambique, que garante o direito à igualdade e à protecção contra a discriminação. São invocadas as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, também conhecidas como Regras de Mandela, que estabelecem padrões mínimos para o tratamento

humano de indivíduos encarcerados. A REFORMAR argumenta que o Artigo 8 (2) cria um sistema duplo de execução da pena de prisão com base na situação financeira dos indivíduos.

A partir de 2018, a REFORMAR deu início à uma campanha pela garantia do direito de voto de pessoas em situação de reclusão. Estamos continuando com este trabalho. Apesar das alterações introduzidas, estes cidadãos têm sido excluídos deste direito fundamental. A pesquisa realizada sobre este tópico enfatiza a importância de debater e procurar justiça para os cidadãos com direito de voto, mas que são impedidos de exercer a sua participação política e escolha de líderes.

Os Nossos Parceiros

A concretização das realizações mencionadas acima deve-se, em grande parte, à dedicação incansável dos colaboradores da REFORMAR, assim como de seus parceiros estratégicos. Entre eles, destacamos a Africa Criminal Justice Reform (ACJR), que tem prestado apoio incondicional desde o surgimento da REFORMAR.

É importante ressaltar nossa profunda gratidão aos parceiros estatais que têm sido fundamentais em nossas actividades, como o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), a Procuradoria-Geral da República de Moçambique (PGR), o Serviço Nacional Penitenciário (SER NAP), e o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ). Sem o comprometimento desses parceiros, nossas acções não seriam possíveis.

Não podemos deixar de expressar nossa sincera gratidão aos nossos parceiros internacionais, incluindo a AGAPE, a SALC, a IDPC, e o Centro Africano de Excelência para o Acesso à Justiça (ACE – AJ). Sem o apoio dessas organizações, não teríamos alcançado nossos objectivos e cumprido nossa missão.

Por fim, gostaríamos de estender nossos agradecimentos a novas colaborações com organizações da sociedade civil, como a PASSI Societ

Cooperativa (PASSI) e a Rede Nacional de Redução de Danos (UNIDOS). Contamos com a continuidade do apoio dessas instituições e estamos ansiosos para continuar trabalhando juntos em prol da promoção da justiça e dos direitos humanos.